



A RECONSTRUÇÃO POSITIVA DA IDENTIDADE NEGRA NOS DESENHOS DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL QUILOMBOLA

Michele Corrêa de França (Seduc/MT) – francamc@hotmail.com
Suely Dulce de Castilho (PPGE/UFMT) – castilho.suely@gmail.com
GT 3: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES CULTURAIS

Resumo:

Esta reflexão emerge no contexto da pesquisa de mestrado concluída em 2019 na Educação Infantil da Escola Estadual Quilombola Maria de Arruda Muller, na Comunidade Abolição/MT. Tem como objetivo compreender o processo da reconstrução positiva da identidade negra através dos desenhos das crianças de 4 e 5 anos. Quanto aos procedimentos metodológicos é um estudo de abordagem qualitativa, cujos principais métodos foram a etnografia e a pesquisa-ação. Teoricamente está amparado nas contribuições de autores como Castilho (2004), Gomes (2002), Mignolo (2017), Munanga (2005), Quijano (2009) dentre outros. Os resultados apontaram que a Educação Infantil é uma etapa de ensino promissora para o desenvolvimento de propostas que combatam o racismo e preconceitos gerando impactos positivos para a reconstrução da identidade negra sob a perspectiva de sua valorização.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Educação Infantil. Identidade Negra.

1 Introdução

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa de mestrado concluída em 2019. Essa pesquisa foi realizada na turma da Educação Infantil de 2018 da Escola Estadual Quilombola Maria de Arruda Muller, na Comunidade Abolição, localizada as margens da BR 364, na Serra de São Vicente, cuja distância da capital Cuiabá é de aproximadamente 55 km (FRANÇA, 2019).

Nessa perspectiva, este texto integra as produções do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Quilombola – GEPEQ, que está estruturado a partir da linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFMT. As pesquisas do referido grupo dialogam com os estudos das relações étnico-raciais com ênfase nos processos educativos das comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso.

A Comunidade Abolição teve seu reconhecimento como comunidade negra rural junto a Fundação Palmares no ano de 2005. Como as demais comunidades quilombolas do Brasil, a principal luta deste coletivo é pela titulação de suas terras, direito

preconizado pela Constituição Federal de 1988. De acordo com registros do Incra/MT, a ancestralidade da Comunidade Abolição no território reivindicado, originário da antiga Fazenda Abolição, remonta a 1871 (FERREIRA, 2015; FRANÇA, 2019).

Durante a realização da pesquisa etnográfica junto a essa comunidade foi possível conhecermos diversos marcos históricos espalhados pelo território quilombola, bem como evidenciar seus principais elementos identitários. Dentre eles, citamos: o saber tradicional das plantas de uso farmacológico presentes em sua vegetação abundante, a devoção a santos católicos marcadamente nos festejos e pagamento de promessas, e a narrativa mítica recorrente em seu repertório cultural (FRANÇA, 2019).

A Escola Estadual Quilombola Maria de Arruda Muller está inserida, nesse contexto, desde o ano de sua fundação, 1976. Nesse ínterim, a escola já esteve vinculada à rede municipal de Santo Antônio de Leverger, à rede municipal de Cuiabá e desde 2010, à rede estadual de Mato Grosso, compondo o quadro das escolas estaduais quilombolas (FERREIRA, 2015).

Os questionamentos que instigaram essa reflexão perpassam os seguintes aspectos: Qual a idade ideal para a desconstrução dos preconceitos difundidos nos diversos espaços sociais? Como as crianças pequenas podem ser afetadas pelo racismo e de que forma demonstram? Quais as possibilidades de uma proposta que valorize a construção positiva da identidade negra para crianças pequenas?

Este texto está organizado em seis partes, das quais a primeira é esta parte introdutória. A segunda, apresenta os procedimentos metodológicos, a terceira, delinea o *locus* pesquisado, a quarta, é destinada ao Referencial teórico, a quinta, expõe os resultados, seguida das Considerações Finais e das Referências.

2 Aspectos metodológicos

Esta seção apresentará os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste recorte. Dessa forma, descreveremos a abordagem, os métodos e os instrumentos de coleta de dados.

No que se refere a abordagem, por tratar-se de uma pesquisa que privilegia os aspectos subjetivos do fenômeno, optamos pela abordagem qualitativa. Conforme Minayo (1994) em relação ao aprofundamento da compreensão, essa pesquisa volta-se a “um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que

corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p.22).

Já em relação aos métodos, o primeiro deles foi o método etnográfico. A etnografia preocupa-se com o significado que os próprios participantes atribuem às suas ações, inseridos em seus contextos sociais (GEERTZ, 2008). Este método pautou a coleta de dados junto à Comunidade Abolição e as observações do ambiente escolar.

O segundo método utilizado foi a pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986). Como a pesquisa debruçou-se sobre a compreensão do processo da reconstrução positiva da identidade negra através dos desenhos das crianças de 4 e 5 anos, a primeira etapa da coleta de dados, mediante aplicação de questionário adequado à pré-escola, apontou que as crianças, ainda que pequenas, já estavam, consideravelmente, afetadas pela hierarquização das características do pertencimento racial branco em detrimento do negro. A pesquisa-ação possibilitou intervir nessa realidade.

Ao constatarmos, que a preferência pesou para a identificação do pertencimento racial branco, propusemos um projeto de intervenção, na perspectiva da pesquisa-ação, baseado na obra *Menina Bonita do Laço de Fita* (2000), de autoria de Ana Maria Machado. O intuito foi valorizar as características do pertencimento racial negro. O projeto envolveu atividades diversas como contação da história, reconto, autorretrato, pinturas e dramatizações. Para este recorte, nos ateremos a atividade do autorretrato.

3 O *locus* de pesquisa e os participantes

A oferta da Educação Infantil era fruto de parceria entre a escola e a Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Leverger. A turma era composta por 10 (dez) meninos e 6 (seis) meninas. Destes, 15 (quinze) dependiam do transporte escolar e residiam em vilas e propriedades rurais. Parte das famílias trabalhava nas fazendas ou em comércios ao longo da BR 364. Quanto aos aspectos econômicos, embora de baixo poder aquisitivo, suas posses permitiam prover o básico para as crianças, exceto duas famílias que estavam em situação de vulnerabilidade social (FRANÇA, 2019).

Durante a realização da pesquisa vimos e ouvimos muitas formas específicas de se viver a infância na Comunidade Abolição. Dentre elas destacamos as brincadeiras com os frutos do pé de cumbaru e as flores de pequi, os relatos de causos na perspectiva da narrativa mítica, a convivência e o conhecimento dos pontos naturais nos quais se brincavam, reaproveitamento de materiais para transformá-los em brinquedos, e outras.

A professora dessa turma, ainda que recém chegada à comunidade, demonstrava apreço pela cultura local e conhecimento significativo das questões relativas ao quilombo por possuir parentes radicados na região. Ao conversarmos com ela sobre a proposta pedagógica, notamos a ausência de proposituras envolvendo a valorização racial negra e a identidade quilombola, bem como de materiais, recursos e formação continuada da rede municipal que subsidiassem o seu trabalho, nesse sentido (FRANÇA, 2019).

4 A hierarquização racial como produto da colonialidade

A constatação de que as propostas pedagógicas e os currículos escolares expressos nos materiais didáticos são carentes de abordagens que valorizem a diversidade e de que estão impregnados de etnocentrismos é evidenciada por Munanga (2005):

[...] sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental (MUNANGA, 2005, p.15).

Silva (2005) também corrobora a perspectiva de Munanga (2005) ao referir-se sobre a representatividade esparsa, distorcida e desprovida de dignidade das culturas advindas de grupos subordinados na sociedade. Nas palavras da autora,

[...] os sujeitos dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania. No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência (SILVA, 2005, p. 21).

Como este estudo é voltado para a valorização da identidade negra, enfatizaremos a ausência da representação positiva do negro e de coletivos étnicos relegados à exclusão como repercussão dos efeitos do colonialismo, historicamente. Dentre os desdobramentos do colonialismo, podemos citar a colonialidade.

Para Quijano (2009) esses conceitos apresentam diferenças. Enquanto o colonialismo representa a dominação/exploração imposta politicamente por um povo a outro, de outra localização territorial e nem sempre envolve relações racistas de poder, a colonialidade é profunda e duradoura, tendo seu nascedouro no colonialismo.

Mignolo (2017) desvela o sentido de colonialidade ao afirmar que:

“Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade (MIGNOLO, 2017, p.13).

Diante disso, é possível compreender que todas as formas de exclusões, racismos, preconceitos, discriminações, dominações se forjam sob a égide da colonialidade. A colonialidade favorece a manutenção das posições privilegiadas de raça, poder e discursos seja para justificá-los ou, para normatizá-los. Exemplificamos com a posição que a branquitude, que consiste na identidade branca, ocupa na sociedade brasileira.

Embora ao nível de produção acadêmica já tenhamos avançado bastante no que diz respeito a tentativa de desconstrução do estereótipo que, não por acaso, mantém o negro numa condição inferior, o espaço ainda mínimo que tem se dado para as discussões que ponham em evidência a real contribuição do branco para a existência deste quadro social tem favorecido a legitimação de um status quo que consegue se manter mesmo com o crescimento de políticas de enfrentamento ao racismo (JESUS, 2012, p. 2).

A hierarquização racial conferiu a raça branca o status de “ideal”. Dessa forma, seus atributos são tidos como parâmetros. Esses parâmetros invadem as prateleiras das lojas de brinquedos para ditar a cor das bonecas, os salões de beleza para impor o estilo e cor de cabelos socialmente aceitos, a indústria cosmética com poucas opções para cabelos afros e peles negras, dentre outros.

Para Gomes (2002) esse padrão que atribui beleza para a branquitude e fealdade para a negritude é originário do Brasil Colônia e foi estabelecido mediante a comparação entre as características de pertencimento racial de ambos, e foi utilizada para inferiorizar os sinais diacríticos do negro.

Esse padrão afetou as produções literárias, também. Castilho (2004) ao abordar a representação do negro na literatura brasileira, destaca que, nas obras, este era retratado de forma pejorativa. De acordo com a autora,

Mesmo os escritores interessados nos problemas da escravidão, os chamados abolicionistas, como Bernardo Guimarães, Castro Alves e Fagundes Varela, foram vítimas de todos os preconceitos e intolerâncias que rodeavam a questão da raça e da cor. O negro era retratado ou como escravo imoral, demônio, ou resignado e fiel. E de uma fealdade indescritível! (CASTILHO, 2004, p. 105).

Numa sociedade ocidental, que supervaloriza padrões estéticos, compreendemos a representação negativa do negro como um projeto intencional da colonialidade que é difundido nos diversos meios e espaços com a finalidade de depreciar tudo o que difere das identidades supremacistas.

5 Resultados

À luz destes desvelamentos, passamos a considerar as respostas obtidas no questionário aplicado às crianças participantes, em relação a autoatribuição cor/raça, os dados foram tabulados conforme a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1. Autoatribuição de cor/raça do Questionário

Cor/Raça	Respostas
Branca	7
‘Cor de pele’	3
Amarela	2
Preta	2
Marrom	1
Vermelha	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Embora evidenciando variação em relação a cor autoatribuída, com forte tendência para a cor branca, a observação possibilitou afirmar que, conforme a categoria de classificação de cor ou raça do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a maioria das crianças compunham a classificação de pretos e pardos, integrando a raça negra. Nesse sentido, percebemos o quanto a hierarquização de pertencimento racial já afetava a preferência das crianças, pois dos sete que autoatribuíram a cor branca, apenas três eram de fato brancos, sendo os demais pretos e pardos.

Quanto a análise dos desenhos propostos durante o desenvolvimento do Projeto de Intervenção, com duração de uma semana, na atividade de autorretrato, observamos pequenos deslocamentos em relação a valorização dos sinais diacríticos da negritude. O sinal que teve maior aceitação e representação positiva foram os cabelos afros. Nos desenhos, principalmente das meninas, que eram representadas com cabelos compridos, constatamos a curvatura nos fios, inclusive de meninas que possuíam cabelos lisos.

O sinal diacrítico que apresentou maior resistência foi a cor da pele. Ainda que o Projeto de Intervenção enfatizasse a cor da pele negra como bonita, que ganha destaque na obra *Menina Bonita do Laço de Fita* (2000), observando a produção dos desenhos, de autorretrato, algumas crianças insistiram em colorir com o lápis que convencionou-se chamar de ‘cor de pele’. Outras, optaram por utilizar outras cores. A esse respeito, Sant’ana (2005) que assegura ser a cor da pele o sinal mais visível da negritude, considera que:

O racismo que o negro sofre passa pela cor de sua pele. Este racismo tem um conteúdo cultural muito forte. Os mitos da sociedade ocidental em relação às diferenças entre os homens e mulheres surgem dentro de uma realidade inegável: a supremacia da raça branca. Por isso mesmo pode-se entender o fortíssimo mito em torno da cor do negro. Há uma violenta carga emocional em torno de sua cor. O negro vive em um mundo branco, criado à imagem do branco e basicamente dominado pelo branco. (SANT'ANA, 2005, p. 59).

O fenômeno observado aponta a necessidade de projetos que valorizem a identidade negra. A resistência, no quesito cor, constitui-se objeto de desconstrução, que da mesma forma como foi estabelecida no bojo da colonialidade deve ser repensada, discutida, conhecida e combatida nas propostas que objetivam romper com essa lógica.

6 Considerações finais

Este estudo que objetivou compreender o processo da reconstrução positiva da identidade negra através dos desenhos das crianças de 4 e 5 anos contribuiu para a reflexão crítica do pensamento na perspectiva decolonial. Debates que coloquem em pauta a colonialidade, como projeto excludente, podem favorecer a desconstrução de racismos, preconceitos e preferências pelas identidades hegemônicas.

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica que atende crianças pequenas (4 e 5 anos) e bem pequenas (2 e 3 anos), é o momento ideal para o desenvolvimento de propostas antirracistas que valorizem a diversidade. Essas abordagens geram impactos positivos para a reconstrução da identidade negra sob a perspectiva de sua valorização.

Embora este recorte discuta a valorização da identidade negra nos desenhos das crianças da Educação Infantil, há que se considerar que propostas que visem essa temática, no contexto quilombola, devem perpassar a questão identitária quilombola, como fizemos por ocasião do mestrado e não incluímos neste recorte dada a limitação da discussão. Na mesma medida, ressaltamos que o desenvolvimento de projetos como estes são extensivos a Educação Infantil ofertada em todos os espaços educativos e não somente, nos que estão inseridos em modalidades de ensino específicas.

Referências

CASTILHO, Suely Dulce de. A Representação do Negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas. **Olhar de Professor**, v. 7, n. 1, 2 fev. 2004.

FERREIRA, Augusta Eulália. **Educação Escolar Quilombola**: uma perspectiva identitária a partir da Escola Estadual Maria de Arruda Muller. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015.

FRANÇA, Michele Corrêa de. **Identidades na perspectiva da Educação Infantil da Escola Estadual Quilombola Maria de Arruda Muller – Quilombo Abolição/MT**. Dissertação (Mestrado em Educação). 260f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2019.

GEERTZ, Clifford, 1926- **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1.ed., IS. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Set/Out/Nov/Dez 2002 N° 21 40-51.

JESUS, Camila Moreira de. **Branquitude X Branquidade**: uma análise conceitual do ser branco. In: Encontro Baiano de Estudos e Cultura – EBECULT: Encontro Baiano de Estudos e Cultura, 3., 2012, Cachoeira/BA. Cachoeira: UFRB, 2012.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do laço de fita**. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

MIGNOLO, Walter D. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), PP. 12-32, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. MUNANGA, Kabengele (org.). [Brasília]: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: **Epistemologias do Sul** /org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra, 2009, p. 532.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. MUNANGA, Kabengele (org.). [Brasília]: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. MUNANGA, Kabengele (org.). [Brasília]: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.